

6.1 - A CIRCULAÇÃO DA INFORMAÇÃO

As Cartas Romanas



Os mais antigos escritos aparentados com o jornal se constituem nas *Efemérides*, dos gregos, que não passavam de anuários astronômicos, anunciando a posição do Sol e as fases da Lua.

Posteriormente, em Roma, os acontecimentos importantes eram publicados numa tábua branca, o *Álbum*, que permanecia pendurado o ano todo no muro do palácio público. Daí resultaram os Anais (*Annales Maximi*), ponto de partida da história romana. Por possuírem periodicidade e atualidade, características próprias de um jornal, cedo atraíram a variedade e por conseguinte a popularidade.

Na linguagem romana, publicar alguma coisa não queria dizer levá-la a público e sim deixá-la ao conhecimento do público, afixando-a em lugar onde pudesse ser facilmente lida. Comunicava-se por simples exposição. O aumento e a freqüência dos textos implicaram no desdobramento dos *álbuns* e como nem toda gente pudesse lê-las no Fórum, começaram a mover-se dentro e fora da metrópole por meio de cópias particulares.

Apesar de já haver a difusão popular da leitura e da escrita, a circulação das cópias era trôpega e restrita, em vista da inexistência de correios públicos e devido aos altos custos do papiro e do pergaminho. Excetuando a técnica da tipografia, os romanos chegaram a conhecer todo o processo de evolução do jornalismo.

É através das *Cartas Romanas* ou *Atas Romanas*, que os letrados se valiam entre si. Passavam de mão em mão quando continham novidade de interesse. Liam-se, comentavam-se e transcreviam-se aquelas que os personagens públicos expunham seus pontos de vista. Era por meio delas que se procurava formar uma espécie de opinião geral. Certas cartas eram afixadas nas praças ou suas cópias corriam distribuídas pelos destinatários, tornando-as públicas.





Os Trovadores Medievais

Na Idade Média as notícias circulavam através das crônicas, do jogral e dos trovadores palacianos e ambulantes.

(Naqueles tempos, (...)) a informação regrediu à era heróica dos rapsodos cantores ambulantes, transitando as novidades de boca em boca, na poesia e no canto dos troveiros e jograis. A particularização da vida feudal, infiltrável através das muralhas de vilas e castelos, a mistura dos idiomas, a credence, o retrocesso das conquistas materiais, as invencíveis distâncias e sobretudo a ignorância generalizada crassa e geral, agravada pela escassez e alto preço do papiro importado do Egito, impossibilitavam a sobrevivência da cultura clássica e dos costumes romanos. O pensamento e a arte greco-romana expiraram nas garras das hordas bárbaras e até a sua memória se teria delido se a pequena erudição cristã a não tivesse em parte recolhido às arcas conventuais. Metendo-se em tudo e nada temendo, os monges preservaram e transmitiram parcelas valiosas do tesouro literário do paganismo. Infelizmente, após salvos, perderam-se numerosos textos, expungidos quando a carência de pergaminhos gerou o expediente dos palimpsestos (1). A Idade Média foi à força a idade da palavra falada: os poucos indivíduos que sabiam escrever não tinham como, nem a quem fazê-lo. (RIZZINI, 1977, p. 112).

(1) PALIMPESTO

Pergaminho utilizado duas ou três vezes, mediante raspagem do texto anterior, devido à sua escassez e alto preço.

Os romances, as canções e as sátiras medievais eram como o prenúncio do periodismo, uma forma embrionária da informação em movimento. Até o século XI, as notícias difundiam-se pelas cantilenas cujo fundo seria largamente aproveitado na composição das canções.

Errantes por natureza, os trovadores e jograis na primavera retornavam com novas músicas e novelas, trazendo as aventuras da sociedade. As canções eram narrativas rimadas, ou enternecedoras ou cáusticas. “Após declamarem contos engraçados e fragmentos de epopéias, narravam o que tinham visto ou ouvido. Mostravam, através das sátiras e críticas, o reverso das almas e davam curso à malevolência e ao descontentamento do seu tempo”. (RIZZINI, 1977, p. 121)

RAPSODO = Cantor ambulante de rapsódias;
RAPSÓDIA = Fragmento de poesia épica;
TROVADOR ou **TROVEIRO** = Poeta ambulante que cantava seus poemas ao som de instrumentos;
TROVA = Composição ligeira e popular;
JOGRAL = Intérprete de poemas e canções de caráter épico, romântico ou dramático;
SÁTIRA = Composição poética que visa ridicularizar.
GESTA = Canção que celebra grandes acontecimentos;
CANTILENA = Estrofes breves, meio líricas, meio narrativas;
MENESTREL = Cantor medieval de origem plebéia a serviço de um nobre;
CRONISTA = Narrador histórico que organiza os fatos em ordem cronológica;
NOVELA = Narração ordenada de fatos humanos verossímeis

Chegados de cidades importantes, onde os fatos acontecem ou ressoam, eram os jograis recitadores mais estimados pelo que conheciam e podiam narrar, do que pelo repertório de músicas e canções inéditas. (...) Assim, não lhe transmitiam os fatos originais, mas a sua versão segundo o enredo palaciano e a mordacidade das ruas. Era o eco, o efeito dos acontecimentos, que os jograis levavam e expandiam; numa palavra: a opinião. (...) Isto é, eram mercadores de novidades políticas.

Um momento chegou (...) em que os jograis, esposando idéias, partidos e paixões, intervieram ativamente nas questões públicas, atacando os poderes estabelecidos. Gazeta viva e ouvida todos os dias, eles assoalhavam as notícias, comentavam-nas febrilmente e agitavam os povos. Nem essas, nem outras proibições evitaram que o jornalismo oral progredisse (...). (RIZZINI, 1977, p. 118).

Os Escritos da Renascença



Irrompendo das trevas medievais para o Renascimento, a informação oral cedia espaço para a informação escrita. Tudo o que então se escrevia em prosa e verso, anotando os acontecimentos, reproduziam-se e expandiam-se, atendendo à curiosidade e à sede crescente de conhecimento.

Até o amadurecimento da imprensa confundiam-se história e jornalismo. A informação não possuía meios adequados de projetar os fatos presentes, limitava-se aos novos fatos, embora antigos mas que ainda se mantinham relevantes. Os redatores de escritos, trabalhando com estes fatos, não podiam e não pretendiam fazer história. Hoje é nítida a diferença entre jornalismo e história. O jornalismo recolhe e espalha os acontecimentos vivos e quentes enquanto que a história os organiza e os interpreta.

As cidades italianas quase todas tiveram os seus cronistas. Um deles, de Florença, (cerca de 1500) Pietro Villola, ofereceu a particularidade de versejar em tercetos só sucessos dia a dia, pondo-os à vista dos curiosos na sua papelaria mediante certa retribuição. Villola figurava-se informado por um peregrino, (estado embrionário de repórter, de apanhador de notícias), o qual, vindo de muitas partes, trazia-lhe o ano, o mês, o dia, o como e o quando dos acontecimentos. (...). (RIZZINI, 1977, p. 123).



Nos registros genealógicos havia a preocupação também com as anotações marcantes das famílias. “Nos livros portugueses de *Genealogia e Linhagens*, dos séculos XIII e XIV, a par do cadastro das famílias, aparecem entremeadas as tradições das origens dos solares, prepotências senhoriais, incêndios de castelos, raptos e violentações, infidelidades de casados e desregramento de solteiras; ódios e malquerenças pessoais, apelidos de fidalgos, e casos mais ou menos célebres, ocorrências e assuntos próprios de jornal”. (RIZZINI, 1977, p. 132).

O Papel

A carestia do pergaminho na Idade Média responde pela perda de preciosidades literárias. Não tendo onde grafar salmos e antífonas ou simples notas e lembretes, os frades aproveitavam antigos manuscritos raspando-os ou lavando-os com uma solução alcalina (*denominados palimpsestos*). Os beneditinos de Monte Cassino, segundo testemunho de Boccaccio, expungiam os velinos e neles escreviam orações que vendiam às crianças, ou cortavam-lhes as margens para fazer amuletos que vendiam às mulheres. (RIZZINI, 1977, p. 95).

No século XIV, com o maior aproveitamento do algodão e do linho, implantam-se as oficinas de papel, se instalando na Itália, França, Inglaterra e Alemanha. O papel de algodão e o de trapos de linho não substituíram logo o pergaminho no trabalho dos copistas. Até o século XVII os documentos de importância e os códices valiosos continuaram a ser escritos em peles, embora o papel já se apresentasse consistente e encorpado. O seu primitivo processo de fabricação, com a massa de trapos triturada em pilões movidos a água e modelada em fôrma perdurou até 1803 quando surgiu em Hertford, na Inglaterra, o papel-contínuo.

PALIMPESTO - Pergaminho utilizado duas ou três vezes, mediante raspagem do texto anterior, devido à sua escassez e alto preço.

VELINO - Pergaminho fino, preparado com a pele de animais recém-nascidos ou natimortos.

CÓDICE - Forma característica do manuscrito em pergaminho, semelhante à do livro moderno. Tem sua origem no *codex* romano

CODEX - Tábuas gravadas em camadas de cera, reunidas como páginas de livros.



Os Correios

O primeiro correio a aparecer confiável e ágil foi o pombo. Os antigos já haviam aproveitado a intuição com que ele e a andorinha se norteiam no espaço e voltam aos ninhos.

O papel e o correio exerceram decisiva influência na evolução do jornal. A evolução do jornalismo teria paralisado na *carta particular*, entregue por mensageiros casuais, se o advento do correio não a transformasse em *jornal manuscrito*, entregue regularmente. “O correio foi mais essencial (*ao jornal*) do que a tipografia. Importa mais ao leitor receber informações regularmente e em tempo, do que as receber escritas nesta ou naquela maneira” (RIZZINI, 1977, p. 112).

Em 1464 Luís XI instalou nas principais estradas da França, de quatro em quatro léguas, estações de muda para os correios a cavalo, iniciando-se assim a organização de um serviço regular. No século seguinte foi aperfeiçoado e tornado público.

Primitivos Repórteres

O legendário soldado de Maratona simboliza o correio na sua simplicidade. O encadeamento de vários mensageiros, a pé ou a cavalo, cobriu remotamente as mais longas e acidentadas distâncias. Durante anos sem conta esse foi o meio normal de comunicar a informação. A tantas jornadas de um lugar a outro – explica Heródoto – correspondiam tantos postos em que homens a cavalo, prontos a disparar, venciam celeremente os trajetos, afrontando a neve, a chuva, o calor e a noite. O primeiro correio transmitia as ordens ao segundo, o segundo ao terceiro, e assim passavam de mão em mão, como, entre os gregos o archote, nas festas de Vulcano. A essa carreira a cavalo denominavam os persas *angareion*, literalmente estafeta. Avisos convencionais transmitiam-se também e ainda hoje se transmitem através de sinais sonoros e luminosos. A esses sinais substituíram os telégrafos ou postígrafos, semáforos, ou “janelinhas”, como o povo chamava, situados nas pontas elevadas e nos morros (...). (RIZZINI, 1977, p. 124).



Do início da Idade Média até o século XIII, não houve outro meio de comunicação além da penosamente feita por emissários e transportadores e eventualmente por trovadores, que recitavam recados aos reis, príncipes e damas, quando não eram somente portadores silenciosos.

As Cartas de Notícias



As cartas particulares dos séculos XVI, XVII, XVIII possuíam maior conteúdo jornalístico do que a maioria dos jornais avulsos impressos ou escritos à mão. Eram mais interessantes que as primeiras gazetas sob a égide dos governos, voltadas para o noticiário tendencioso. A organização do correio no século XVII implicou uma regularidade nas correspondências que mais se assemelhou às cartas do que aos jornais. Naturalmente as cartas passaram a constituir crônicas semanais. Mal seguiam os correios regulares, cuidava-se logo do próximo. Anotava-se isto ou aquilo, retinha-se de memória tal ou qual fato ou incidente, exatamente como faz hoje um secretário de jornal, que recebe e classifica a matéria da edição do dia seguinte.

Antes do periódico manuscrito, sustentado por quem pagasse, as cartas particulares atravessaram um estágio que marcou o ponto de germinação do profissionalismo: a periodicidade.

Como as cartas eram comumente trocadas entre pessoas do mesmo nível social, elas eram normalmente citadas nas conversas. E ao serem lidas em comum, ganhavam difusão própria. Alguns mandavam cartas aos amigos na esperança de que as copiassem e as distribuíssem entre si.

A carta-de-notícias era mandada a estabelecimentos comerciais e personagens de relevo pelos seus agentes no estrangeiro para que o conhecimento das informações pudesse preservar seus empreendimentos. Havia necessidade de se conhecer o que se passava em territórios distantes, inclusive além-mar.



HEMEROTECA
Seção das bibliotecas
onde se arquivam
jornais e revistas.

Os negociantes, de um lado, e de outro os notáveis (...) assentaram redes de informações epistolares tão tensas e entretecidas, que sabiam em suas cidades, com relativa presteza, o que ocorria no mundo civilizado.

A pesada censura, a espionagem do Santo Ofício, a vigilância policial do poder e a força da própria fé, intolerante e grosseira, semeadora de sustos e suspeitas, faziam inviável o curso das notícias. Inúmeras pessoas padeceram os efeitos de inocentes indiscrições.

Desde a reportagem dos crimes, até as informações da corte e da cúria patriarcal (...) desde os anúncios e comunicados, até às notícias da sociedade e às indiscrições mundanas, de tudo se encontra nesses arquivados setecentistas da hemeroteca moderna.

Determinadas coleções de cartas são tidas como o melhor repositório de fatos e de opiniões do seu tempo, tão preciosas, quanto as posteriores coleções de jornais. A circunstância de serem as cartas de certas pessoas, mostradas, copiadas e colecionadas, criou aos poucos uma consciência profissional nos escritores de notícias.

(...) O jornalismo epistolar, quase periódico, de acordo com os (*portadores, dispunha*) de um público (...) ávido e crescente. Não necessitou senão atravessar do diletantismo ao profissionalismo para encarrear-se no seu próprio (...) destino de informar mais. Mais depressa e a mais gente

A epístola, (...) (*era então manuscrita*), não por cortesia, mas por obrigação; não sobre assuntos escolhidos mas sobre todos; não a um destinatário-amigo, mas a quantos destinatários-assinantes se dispusessem a pagá-la - (...) (*Aqui*) surge a gazeta manuscrita. (RIZZINI, 1977, p. 132-138)



(2) A palavra *propaganda* foi formada dentro da Igreja Católica, tendo origem semântica no termo latino *propagare* (propagar).

No início do século XVII o Papa Urbano VIII criou o *Congregatio de Propaganda Fide* (Congresso de Propaganda da Fé) para organizar a maior difusão das idéias católicas em resistência ao avanço da doutrina originária da Reforma Luterana. (CARVALHO, 1998, p. 2)

(3) NIHIL OBSTAT

Do latim: 'nada obsta'.

Termo com que a censura eclesiástica autoriza a publicação dos livros que lhe são submetidos e contra os quais não existe objeção doutrinal.



Surpreendente é saber que o jornal manuscrito nasceu depois da tipografia. Isto ocorreu devido aos altos custos dos trabalhos tipográficos e à intolerância dos governos à divulgação de notícias, impedindo o uso freqüente da tipografia para difusão de notícias. Os redatores de gazetas manuscritas mantinham-se na clandestinidade e sob constante ameaça de encarceramento. Não cogitavam levar seus escritos a impressores. Compreende-se também que assim, isentos de censura, apresentavam noticiário desenvolvido e ousado, apto a despertar e satisfazer a curiosidade pública. Enquanto que as gazetas impressas sofriam vigilância regular.

Propagação e Controle

Na Idade Média o poder absoluto da Igreja dominava a produção literária. Eram suas as maiores bibliotecas de manuscritos e o maior contingente de escribas. A Igreja era a grande detentora da informação. Em conseqüência influenciava quase que totalmente na produção literária, direcionando-as, em sua maior parte, para os temas religiosos (2).

A Igreja e as Universidades aplicavam a censura, a condenação e a destruição para atarem sob seu controle o pensamento escrito. A profissão de livreiro (copiador e vendedor de reproduções) dependia das Universidades, sem cujo beneplácito e revisão não circulavam as obras, novas ou velhas. O fanatismo religioso lançava às chamas a literatura nociva, quando não os seus autores. (...)

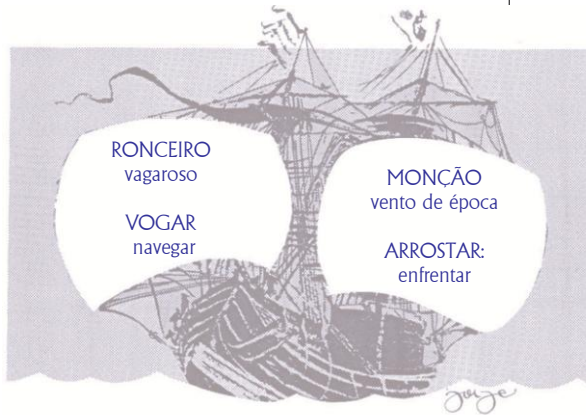
A caligrafia, a fidelidade e as iluminuras faziam de alguns deles objetos raros. Nada mais natural do que os defenderem os seus donos com mil cuidados, encerrando-os em arcas e ligando-os aos armários com correntes de ferro. (RIZZINI, 1977, p. 136)

A raridade dos livros extremava-se na exigência de transcrições exatas e límpidas. A princípio os escribas monásticos esmeravam-se na sua árdua tarefa, levando-a às alturas de uma devoção. Consideravam-na serviço de Deus e por isso privilegiado.

Os avulsos impressos (denominados *folhas volantes*) foram os precursores do jornal impresso. Estes eram à época eminentemente opinativos. Circularam, após a invenção da tipografia por Gutenberg em 1445, e fizeram a propaganda da Reforma na Alemanha e em outros países, que se desligavam da ortodoxia da Igreja de Roma. Contudo, como faziam os papas e os reis católicos, a impressão dessas folhas opinativas iria ser controlada e monopolizada pela autoridade leiga e pela Igreja. As "folhas volantes" sofreram dupla censura: governamental e eclesiástica, que, até então se confundiam em um só instrumento de poder. Tudo estava sujeito ao duplo *nihil obstat* (3).

Foram os movimentos sociais e a efervescência política provocados na Europa pela Revolução Francesa, em 1798, que restauraram o prestígio dos impressos de opinião. O público reclamava uma orientação e os impressos se converteram em agentes de luta, defendendo e propagando ideologias e combatendo opositores.

Circulação de Notícias no Brasil



Repercutindo o que ocorria na Europa, as transformações chegavam tardiamente ao Brasil. E por aqui se processavam em ritmo lento.

(...) (*No Brasil Colônia*) as notícias do mundo chegavam (...) envelhecidas de meses, de semestres e até de anos. Os navios eram poucos e ronceiros, vogavam nas monções e arrostavam riscos sem conta. Uma ou outra carta de família ou negócio, recomendações e ordens oficiais, e o relato infiel dos marinheiros - eis o que vinha do além-mar. Vinha e estagnava nas soleiras litorâneas da Bahia e do Recife. Daí, para atingir escassos núcleos de vida tinha de baldear para as embarcações da costa e dos rios e para o lombo dos animais. Notícias - o que menos importava - sempre vinham, fosse nas naus reais ou nos barcos dos reis amigos, fosse nos navios portugueses avulsos que excepcionalmente licenciados traziam mantimentos. (RIZZINI, 1977, p. 99).

Por muitos anos o correio do mar entre Portugal e Brasil ficou limitado a viajantes e marinheiros. Por mais de três séculos o navio de vela foi a única ligação entre os pontos do litoral. O traço de união entre esses pontos e os povoados ribeirinhos, os engenhos, as fazendas foram a canoa e os animais de carga.



Enquanto permaneceu Colônia, o pouco papel consumido no Brasil vinha de Lisboa. Aqui não havia tipografia e o povo imerso em completo analfabetismo. O papel que chegava era destinado apenas a embrulhos, para raras cartas ou escasso expediente oficial. Contudo, em 1809, já com a Família Real por aqui, conseguiu-se no Rio de Janeiro o fabrico de folhas de papel à base de embira, uma espécie de planta fibrosa.

Com a chegada da Família Real ao Brasil, em 1808, nasce a imprensa, mas não o jornalismo brasileiro. Nessa primeira fase o governo dá condições técnicas, mas censura a expressão dos cidadãos. É uma imprensa defasada, autoritária e arcaica.

Os jornais se configuravam como “Boletins Oficiais” e, algumas vezes, eram utilizados como elementos de instauração da prática da contra-informação, cuja afirmação se deu no Império através do surgimento dos pasquins, quando a “imprensa oficial” se sentia no dever de combater aqueles ousados pasquineiros, (...) insufladores de rebeliões contra os poderosos.

A maioria dos jornais desse século se caracteriza pela proximidade que eles encerram com o poder, além de uma existência-periódica ligada à autorização da Corte. Portanto, nessa fase da nossa história não existia o jornalismo enquanto prática de produção da informação e codificação de eventos sociais para transformá-los em notícias. (BELTRÃO, 1980, p. 50)

O jornalismo surge oficioso e subordinado à dupla censura: leiga e eclesiástica, se fazendo antes como informativo e literário. A opinião só vai tomar fôlego na imprensa brasileira após a Independência, em 1822, e eclodir, incontrolável e apaixonada em 1827, quando um decreto ministerial declara abolida formalmente a censura. Essa liberdade chegou a inqualificáveis excessos com os panfletos e pasquins, em “ataques pessoais e insinuações maldosas”.

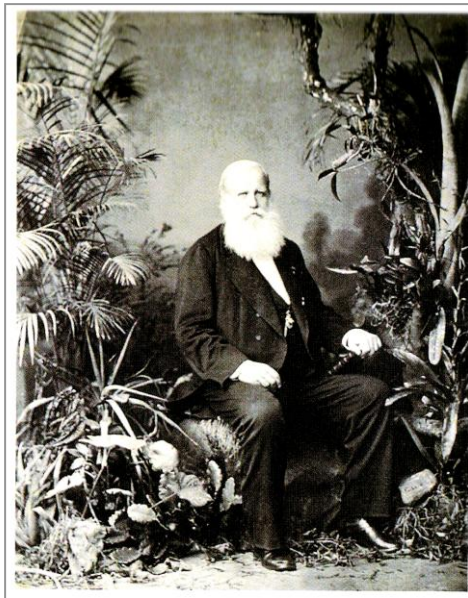
A imprensa no Brasil da segunda metade do século XIX não pode ser considerada como um exercício puramente jornalístico. O caráter doutrinário embutido nos impressos perfazia uma imagem de jornal que, em sua maioria, não sobreviviam longe da sombra do poder. Praticamente, não havia o exercício de construção da “opinião pública”, mas uma imposição de idéias como instrumento de reforço ético e social para as medidas dos governantes.

No Brasil, a fase do predomínio da opinião sobre o objetivismo frio da informação, se estende desde a Regência até por volta de 1880 (...) quando o jornal toma características de empreendimento mercantil. A imprensa adquire expressão no campo das atividades industriais.

(...)

Desde logo a tipografia perde o seu conteúdo artesanal para conquistar a posição de indústria gráfica de definida capacidade econômica. Os pasquins, os papeluchos, os jornalecos efêmeros, de duas ou quatro folhas de reduzido formato e limitada penetração, desaparecem não como por encanto, porém como resultante das novas condições sociais (...).

Uma imprensa participante é chamada a ocupar lugar de fundamental influência no quadro da vida pública do País. (SODRÉ, 1966, p. 43)



A imprensa e o jornalismo existem, mas os jornais só se firmarão como empresa no final do século XIX.